

## ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis meses	5\$600
Por tres meses	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis meses	6\$600
Por tres meses	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

## FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

### PARTE OFFICIAL

#### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de 60 dias, que principiará em 16 do corrente mez, perante o governador civil do districto de Castello Branco, a cadeira de instrução primaria (1.º grau) de Proença a velha; e perante os commissarios dos estudos dos respectivos districtos as cadeiras de igual disciplina e grau de Barrancos, Ourique, Sant'Anna de Cambas, Santa Cruz, e Santa Barbara de Padroes, no districto de Beja; Jezufrei, Vallões, e Villa Nova, no de Braga; Taveiro, Oliveira do Hospital, e Pereira, no de Coimbra; Jeroménha, no de Évora; Cativellos, e S. João, no da Guarda; Pataias, e Alvorge, no de Leiria; Alcochete, Alentejo, Lousa, Monte Redondo, Sacavem, S. Bartholomeu da Charneca, e Sines, no de Lisboa; Niza, no de Portalegre; logar do Assento, Lixa, Vallongo, e S. Thomé de Negrellos, no do Porto; Covas, Gondar, e Santa Marinha, no de Viana; Anelhe, Fontes, S. Vicente da Chã, Vendas, e Villa da Ponte, no de Villa Real; e Ervedosa, casa de Vidona, e Soutello, no de Vizeu: cada uma d'ellas com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pela camara municipal respectiva; tendo alem d'isso a de Cativellos casa, mobilia e utensilios pela junta de parochia; e a do logar do Assento casa e mobilia pela junta de parochia, de accordo com os proprietarios da freguezia de Jagueiros.

Os que pertenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de vinte e um annos completos, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal e pelo administrador do concelho ou concelhos onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e selado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames, na fórma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Direcção geral de instrução publica, 10 de fevereiro de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

#### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES

INDIRECTAS

1.ª ANUNCIO

Por participação da alfandega de Setubal consta que, na noite de 10 do corrente, varara com agua aberta, no sitio dos Barracões nas immedições de Melides, o brigade da republica de Uruguay Solis, capitão Joaquim Xavier das Neves, procedente de Cardiff, com carvão de pedra para o Rio de Janeiro, tendo-se salvado toda a tripulação com a sua bagagem, e alguns objectos do sobredito navio. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 15 de fevereiro de 1860.—Nuno José Gonçalves.

#### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de minas

2.ª Secção

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o requerimento em que Severino Gonçalves Guerreiro Chaves pede que nos termos do decreto, com força de lei, de 31 de dezembro de 1852 e respectivo regulamento de 9 de dezembro de 1853 se lhe concedam os direitos de descoberta da mina de manganez, situada no Sero Alto e no Sero da Rocha junto ao monte do Cação, na freguezia e concelho de Mertola, districto de Beja;

Vistos os documentos por onde se prova que o supplicante satisfaz a todos os quesitos do artigo 12.º do citado decreto;

Visto o relatório do engenheiro José Augusto Cesar das Neves Cabral, inspector das minas do 2.º districto do reino, que examinou a posição do jazigo, e verificou a existencia do deposito como determina o artigo 13.º do mencionado decreto;

Visto o parecer do conselho de minas interposto na sua consulta de 17 de janeiro ultimo, na qual o mesmo requerente é considerado legalmente habilitado na qualidade de descobridor da mina de que se trata;

Ha por bem o mesmo augusto senhor, conformando-se com a mencionada consulta do conselho de minas, declarar:

1.º Que o requerente é reconhecido como proprietario legal da descoberta da referida mina de manganez, situada no Sero Alto e no Sero da Rocha junto ao monte do Cação, freguezia e concelho de Mertola, districto de Beja, cuja posição se acha topographicamente designada na planta que por copia acompanha a presente portaria;

2.º Que os limites da demarcação provisoria da referida mina, notados na planta junta com traços de cor vermelha, abrangem um quadrilatero traçado da maneira seguinte: do ponto A cabeço mais proximo ao (N) do monte do Cação tire-se uma linha pela portella do Sero dos Pretos, e continue-se até encontrar uma massa de quartzites, situada na encosta fronteira ao Sero dos Pretos, e esta massa representará o ponto B. Do mesmo ponto A tire-se uma recta para o ponto saliente C da margem da ribeira de Ceiras; d'este ponto tire-se uma recta para a capella de Santo Varão, e o ponto em que o plano vertical que por elle se imaginar cortar a margem direita da ribeira de Alvacar será o ponto D. Unindo finalmente este com o ponto B ficará fechado o referido quadrilatero, comprehendendo uma área de 911.550 metros quadrados;

3.º Que nos termos do artigo 14.º do citado decreto são concedidos ao supplicante seis mezes contados da publicação d'este titulo no *Diario de Lisboa* para organizar uma companhia, ou mostrar que tem os fundos necessarios para a lavra, na intelligencia de que não se habilitando n'estes termos dentro d'aquelle prazo improrrogavel será a concessão d'esta mina posta a concurso na conformidade da lei.

4.º Que pelo presente diploma são conferidos ao requerente, para todos os effectos legais, segundo as disposições do predito artigo 13.º, os direitos que lhe competem como descobridor da mencionada mina.

O que tudo se communica ao supplicante para seu conhecimento e mais effectos, ficando obrigado a apresentar n'este ministerio certidão de haver feito registrar na respectiva camara municipal a presente portaria na sua integra, sem o que não terá inteira validade.

Paço, em 6 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para Severino Gonçalves Guerreiro Chaves.

Identicas se expediram ao mesmo requerente, uma em 7 do corrente, ácerca da mina de manganez, situada no Sero do Oiro e Sero da Boa Vista, freguezia e concelho de Mertola, districto de Beja, com a seguinte demarcação: do Sero do Valle de Gaiolas (ponto A) tire-se uma recta para o Sero occidental (ponto B) da Boa Vista, e una-se este ponto com o Sero do Oiro (ponto C), d'este ponto tire-se uma recta para o ponto D, representado por uma massa possante de quartzites, e este ultimo se una por outra recta com o curral velho (ponto E), que existe por cima do Monte do Alamo, e unindo-se finalmente este ponto com o Sero do Valle de Gaiolas, ficará determinado o pentagono ABCDE, comprehendendo uma área de 403.600 metros quadrados; e outra, datada de 8 do mesmo mez, ácerca da mina de manganez, situada no Corte da Velha, freguezia e concelho de Mertola, districto de Beja, e cuja demarcação é a seguinte: do Sero do Malhão (ponto A) tire-se uma recta para o Cercado das Figueiras Velhas (ponto B), d'este ponto tire-se outra recta para a casa extrema sul do Monte do Corte da Velha (ponto C), e d'este ultimo ponto tire-se tambem uma recta para o Sero da Casa Armada (ponto D), unindo finalmente este ponto com o Sero extremo NO. dos Serros dos Barbadinhos (ponto E), e este com o ponto A, ficará determinado o pentagono ABCDE, com a área de 324.425 metros quadrados.

Repartição de agricultura

#### ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em janeiro de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 24.....	Entrada, nacionaes	90	40	23	16	—	—	—	—	—
	Existencia	3.126	18	1.594	10	2.173	50	1.769	4	426
» 25.....	Entrada, nacionaes	96	5	—	—	—	6	—	—	—
	Existencia	3.063	19	1.694	—	2.135	—	1.794	23	420
» 26.....	Entrada, nacionaes	196	12	—	—	—	—	—	—	—
	Existencia	3.041	46	1.637	2	2.129	56	1.749	23	420
» 27.....	Entrada, nacionaes	176	50	20	36	24	50	—	—	22
	Existencia	3.024	19	1.579	35	2.095	46	1.691	23	427
Preços.....		640	a 860	380	a 420	380	a 500	430	a 440	—
Dia 28.....	Entrada, nacionaes	70	8	—	—	16	54	—	—	—
	Existencia	2.602	23	1.554	40	2.014	33	1.661	29	384
» 30.....	Entrada, nacionaes	288	6	17	24	—	6	—	—	31
	Existencia	2.842	29	1.566	40	1.983	49	1.661	29	415
» 31.....	Entrada, nacionaes	121	18	6	—	—	—	—	—	—
	Existencia	2.763	52	1.569	50	1.970	43	1.658	29	395
Preços.....		700	a 860	380	a 420	420	a 500	410	a 430	—

Repartição de agricultura, em 3 de fevereiro de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Mapa indicando o numero medio de operarios empregados diariamente nas estradas, e outras obras publicas no reino, nas semanas findas em 5, 12, 19 e 26 de novembro de 1859

Districtos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Numero de dias de trabalho	Numero medio de operarios por dia
Viana.....	Estrada através da Caminha	18	50
	Obras na barra de Viana	4	46
	Ponte sobre o rio Lima (reparos)	4	13
Braga.....	Estrada de Braga a Valença pelos Aroos	18	565
	Dita de Villa Nova de Famalicão a Guimarães	18	214
	Dita de Braga por Guimarães ao Neiva	28	16
	Dita de Braga por Guimarães á ponte de Carvez (estudos)	13	47
	Dita de Braga a Barcellos	28	7
	Direcção geral	28	3
	Estrada do Porto a Amarante	28	46
	Dita do Porto a Coimbra, desde as Vendas Novas ao alto da Bandeira	23	154
	Dita desde o alto da Bandeira á ponte pensil no Douro	21	75
	Dita do Porto a Guimarães por Santo Thyrsio	23	42
Porto.....	Obras na barra do Douro	28	10
	Obras na barra do Douro	22	85
	Ditas no cás da alfandega do Porto	25	34
	Nova alfandega do Porto	127	—
	Collocação do telegrapho electrico na estrada do Porto a Amarante	28	12
	Direcção geral	28	3
	Estrada da Regua a Villa Real	18	229
	Ponte sobre o rio Cabril, junto a Villa Real	19	59
	Estrada do Salgueiral á Regua	20	116
Villa Real.....	Ponte sobre o ribeiro de Jagueiros	16	48
	Estrada marginal do Douro	19	59
	Entre os rios Tejo e foz de Mil Lobos	19	123
	Entre o rio Varosa e a quinta do Melres	20	108
	Ponte de Mondim de Basto	23	51
	Direcção geral	30	2
Bragança.....	Estrada de Bragança a Mirandella	20	144
	Collocação da linha telegraphica	28	5
	Estrada d'Alveiro a Vizeu por Abergaria	22	241
	Do Sobroiro a Abergaria	18	35
	Da Feira a entroncar na estrada real	17	145
Aveiro.....	Edificio do lyceu de Aveiro	22	31
	Obras no cás de Aveiro	22	19
	Estrada de Coimbra ao Porto	22	43
	De Agueda a Abergaria a Velha	22	96
	Avenidas da ponte do Vouga	22	549
	De Vizeu a Montargan	23	8
	Da Castanheira ao Bussaco	22	159
	De Foz-Dão á Venda do Sebo	22	157
	Das Casas Novas ao Carregal	30	19
Vizeu.....	Dita de Vizeu a Abergaria (estudos)	23	4
	Direcção geral	23	515
Guarda.....	Estrada da Guarda a Fornos de Algodres, entre Jeju e a ponte de Juncas	23	639
	Dita de Celorico ao rio Alva, entre Celorico e Ponte Pedrinha	23	—
		5.140	—

Districtos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Numero de dias de trabalho	Numero medio de operarios por dia
Coimbra.....	Estrada de Coimbra á Redinha	28	5.140
	Dita de Coimbra á Ponte da Pedra	28	17
	Dita da Mealhada á serra do Bussaco	28	5
	Dita de Coimbra ao rio Alva	18	493
	Da foz de Arroz á Ponte da Murcella e á Venda do Valle (estudos)	28	21
	Ponte do Sarzedo sobre o rio Alva	23	53
	Ponte de Villa Cova de Sub-Avô	28	1
	Alargamento da rua de Coruche	23	115
	Paço episcopal em Coimbra	10	6
	Direcção geral	28	2
	Trabalhos hydrographicos no porto e barra da Figueira	28	20
	Obras no porto e barra da Figueira	28	874
Castello Branco.....	Estrada de Castello Branco a Abrantes	23	398
	Ponte da Froia	23	41
	Ponte do ribeiro do Gomes	23	16
	Dita de Castello Branco a Villa Velha	23	141
	Direcção geral	11	18
	Monumento da Batalha	23	2
	Avenida da Batalha	23	32
Leiria.....	Mosteiro de Alcobaca	23	1
	Estrada das Caldas á Redinha	23	126
	Dita de Leiria a Thomar (estudos)	23	7
	Direcção geral	23	1
Santarem.....	Estrada de Santarem a Pernes	23	35
	Ponte de Pernes por Torres Novas á Barquinha	23	73
	Ponte de Parceiros	11	18
	Estrada de Santarem á Ponte de Asseca	28	2
	Dita de Thomar á Barquinha	21	25
	Dita de Thomar a Coimbra	28	3
	Dita de Abrantes a Castello Branco	12	15
	Canal de Azambuja	17	32
	Comoros e arvoredos do rio Almonda	23	1
	Canal de Alpijarra	23	317
	Dique de Vallada	28	4
	Melhoramento do Tejo	28	330
	Melhoramento do rio em diversos pontos	23	14
	Trabalhos hydrographicos e estudos no rio	28	22
	Estrada de Lisboa á ponte do Carregado	28	30
	Dita desde o cás do Tejo, no Carregado, até ás Caldas	28	17
	Dita de Alhandra a Torres Vedras	28	21
	Dita de Lisboa, por Cintra, a Collares	23	90
	Dita de Cintra a Mafra	23	33
	Dita de Mafra á Ericeira	28	13
	Dita da ponte de Careque a Mafra	23	24
	Dita de Paço d'Arcos ao Cacem	28	19
	Dita de Belem a Queluz	28	99
	Dita do Arco do Cego, pelo Lumiar, a Loures	28	31
	Dita de Estubal a Azambuja	21	88
	Dita de Alverca a Buellas	23	47
	Dita de Canecães	23	16
	Dita de Carnacide a Casellas	23	27
	Dita da circunvalação da cidade no sitio de Entremuros	28	3
	Cultura de arvoredo da circunvalação da cidade	28	3
	Reparos nas pontes do cás de Pinthens em Santo António do Tojal	28	15
	Arranjos na igreja de S. Vicente de Fora para os officios fúnebres por alma de Sua Magestade a Rainha D. Maria II.	5	12
	Assentamento das chapas de cotas de nivel relativas á carta de Lisboa	12	3
	Casa da guarda da estação de saude em Belem	17	4
	Lazareto da Torre Velha	23	240
	Facturas de guaritas para as sentinellas do palacio das cortes	12	1
	Reparos nas pontes de madeira junto ao Terreiro do Trigo	23	20
	Edificios publicos	28	473
	Estabelecimento dos fornos da cal no Rio Secco	28	29
	Serviço geral	28	27
	Estrada de Aldeialegre á fronteira	28	42
	Dita de Monte-mór a Évora	28	112
Evora.....	Dita de Evora para as Alencovas	28	1
	Dita de Borba a Villa Viçosa	28	2
	Dita de Estremoz a Portalegre	28	190
	Estrada de Aldeialegre á fronteira	28	5
	Dita de Portalegre a Estremoz	22	115
	Ponte do Barroso	15	36
Portalegre.....	Dita de Portalegre a Villa Velha	22	134
	Ponte da ribeira de Niza	14	17
	Dita da Fonte dos Lavradores a Castello de Vide	20	93
	Dita do Gavão ao porto do Alamar no Tejo	17	42
	Ponte de Almur (reparação)	28	10
	Estrada de Portalegre a Alegrete (reparação)	15	17
	De Ferreira a Olivellas	23	31
Beja.....	Ponte de Porto de Torão	23	34
	De Algalé a Porto de Rei	23	67
	Ponte Carvalhoso	23	24
	Dita de Beja a Mertola	23	60
	Estrada de Faro a Loulé	28	22
	De Faro a Loulé	22	880
Faro.....	Dita de Faro a Tavira	23	178
	Dita de Villa Real de Santo Antonio a Tavira (estudos)	4	2
	Dita do Poço das Ferreiras a Lagos (estudos)	14	10
	Direcção geral	5	28
Diversos.....	Linhas electro-telegraphicas	25	156
		11.493	—

Direcção geral das obras publicas e minas, em 3 de fevereiro de 1860.—Castano Alberto Maia.

Conta resumida das operações do banco de Portugal no decimo terceiro anno social, findo em 31 de dezembro de 1859

Movimento geral das transacções réis 114.551.864\$110	LUCROS	PERDAS
<b>Letras descontadas ao commercio e á industria</b>		
No anno findo em 31 de dezembro de 1858, 9:443 letras.....	13.931.806\$139	
No dito idem em 31 de dezembro de 1859, 8:194 ditas.....	14.717.478\$576	
Diferença a maior.....	785.672\$437	138:768\$533
<b>Operações de cambios</b>		
Importancia das realisadas no anno findo em 31 de dezembro de 1858	537.247\$178	
Idem idem no anno findo em 31 de dezembro de 1859.....	611.987\$338	
Diferença a maior.....	74.740\$160	7.889\$415
<b>Empréstimos sobre penhores de prata, oiro, mercadorias e papeis de credito</b>		
No anno findo em 31 de dezembro de 1858, 1:505 empréstimos.....	6.648.844\$925	
No dito idem em 31 de dezembro de 1859, 964 ditos.....	7.401.125\$150	
Diferença a maior.....	752.280\$225	102:991\$677
<b>Operações em ouro, prata e papeis de credito do estado</b>		
Importancia das realisadas no anno findo em 31 de dezembro de 1858	1.171.543\$912	
Idem idem no anno findo em 31 de dezembro de 1859.....	136.604\$489	
Diferença a menor.....	1.034.939\$423	33:583\$305
<b>Depositos particulares</b>		
Movimento d'esta conta no anno findo em 31 de dezembro de 1858....	45.085.291\$597	
Dito idem no anno findo em 31 de dezembro de 1859.....	43.414.327\$325	
Diferença a menor.....	1.670.964\$272	- \$-
<b>Efeitos depositados</b>		
Importancia dos realisados no anno findo em 31 de dezembro de 1858	5.403.320\$000	
Idem idem no anno findo em 31 de dezembro de 1859.....	3.206.820\$000	
Diferença a menor.....	2.196.500\$000	- \$-
<b>Premios de transferencia, de cobrança e pagamentos de conta alheia</b>		
Importancia d'estas operações no anno findo em 31 de dezembro de 1858	5.463.227\$179	
Idem idem no anno findo em 31 de dezembro de 1859.....	5.854.609\$693	
Diferença a maior.....	391.382\$514	52:743\$845
<b>Caixas economicas</b>		
Movimento d'esta conta no anno findo em 31 de dezembro de 1858....	67.027\$220	
Idem idem no anno findo em 31 de dezembro de 1859.....	116.558\$184	
Diferença a maior.....	49.530\$964	- \$-
<b>Caixa filial no Porto e agencias no reino</b>		
Movimento d'estas contas no anno findo em 31 de dezembro de 1858...	5.177.539\$051	
Idem idem no anno findo em 31 de dezembro de 1859.....	3.254.048\$436	
Diferença para menos.....	1.923.490\$615	13:067\$902
	349.044\$677	2:046\$899



## Emissão de notas do banco

Importancia das emittidas até 31 de dezembro de 1858 .....	2.440.000.000
Idem idem até 31 de dezembro de 1859 .....	2.476.000.000
Importancia das amortizadas durante o anno de 1859 .....	96.000.000
Diminuição .....	60.000.000

## Empréstimos e supprimentos ao estado

Movimento d'estas contas no anno findo em 31 de dezembro de 1858 .....	2.168.563.434
Idem idem no anno findo em 31 de dezembro de 1859 .....	1.815.179.701
Diferença a menor .....	853.383.733

## Diversas contas

Perdas a indemnizar		
Credito d'esta conta em 31 de dezembro de 1858 .....	647.312.890	
Idem idem em 31 de dezembro de 1859 .....	618.117.284	
	29.195.606	

## Gastos ordinarios

Despezas com o pessoal do estabelecimento .....	21.415.435
Diversas despezas .....	4.864.245

## Dividendo

Do 1.º semestre do anno de 1859 .....	160.000.000
Do 2.º dito do anno de 1859 .....	288.000.000

	505.522.185	505.522.185
--	-------------	-------------

Banco de Portugal, em 31 de dezembro de 1859. — Os directores, José Manuel Leitão, José Antonio Ferreira Vianna Junior.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 10 de fevereiro de 1860. — João Palma de Faria Lacerda.

## SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

Na sexta feira proxima, 17 do corrente, haverá sessão, sendo a ordem do dia a discussão da resposta ao discurso da coroa.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 15 de fevereiro de 1860. — Diogo Augusto de Castro Constancio.

## SECÇÃO DO CONTENTIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 842 — recorrentes, Bento Antonio de Oliveira Cardoso, e Manuel Bernardino de Araújo e Abreu — recorrentes, o conselho de districto de Braga — relator, o ex.º conselheiro Joaquim José Dias Lopes de Vasconcellos.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado pela secção do contentioso administrativo, sobre o recurso que os bacharéis Bento Antonio de Oliveira Cardoso e Manuel Bernardino de Araújo e Abreu, do concelho de Guimarães, interporam do conselho de districto de Braga, por ter annullado a eleição da assembleia eleitoral de Nossa Senhora da Oliveira, para os cargos municipaes, no biennio de 1858-1859;

Mostra-se que o conselho de districto, a cujo julgamento foi submettido o processo da eleição municipal do mencionado concelho, tomando conhecimento do protesto apresentado na referida assembleia eleitoral, contra a legalidade da mesa constituída para o apuramento dos votos, annulla a eleição da mesma assembleia, com o fundamento de ter sido eleita a mesa definitiva, unicamente com o voto dos seus proprios vogaes, que formaram a mesa provisoria, sem preceder escrutinio secreto, como dispõe o artigo 54.º do codigo administrativo, e sem ter sido esta disposição substituída pela acclamação dos electores, que não é contraria a lei por exprimir do mesmo modo a vontade dos mesmos electores n'um objecto tão principal como é a escolha das pessoas que tem de receber e apurar o voto dos cidadãos;

Mostra-se que d'este accordo se recorreu para o conselho d'estado, allegando os recorrentes que da acta da eleição da mesa definitiva consta ter esta sido eleita na conformidade do artigo 54.º do citado codigo, e que, sendo a acta a prova legal dos factos que menciona, não pôde a exactidão d'esses factos ser destruída por asserções vagas e extra-judiciaes, que admittido mesmo o caso de se constituir a mesa definitiva com o voto dos vogaes da mesa provisoria, por se terem retirado os outros electores, ou se recusarem a votar, sendo para esse fim convidados, não havia causa de nulidade da eleição, por não haver disposição alguma na lei que assim o declare, acrescentando a circumstancia de ter sido allegada esta supposta falta, depois de preenchido o fim da eleição e obtido o genuino resultado d'ella, quando já não podia ser causa de nulidade senão a falta de solemnidades substanciaes e insuppriveis;

Mostra-se que o conselho de districto informou com os fundamentos do accordo recorrido, e com a copia das actas da eleição, que de tudo se deu vista ao advogado dos recorrentes, que allegou as razões já expostas, e que foi a final ouvido o ministerio publico.

O que tudo visto e ponderado;

Considerando que na acta respectiva se declara ter sido feita a eleição da mesa definitiva, na conformidade do artigo 54.º do codigo administrativo, e que a fê que é devida ás actas electorales não pôde ser destruída por simples allegações;

Considerando que, havendo na eleição municipal de que se trata mais de uma assembleia eleitoral, é procedente e legal a eleição das mesas provisorias e definitivas, sem numero determinado de electores, como é expresso no artigo 72.º do mesmo codigo;

Considerando que a nulidade das eleições, quando não é expressamente declarada na lei, não pôde ser admittida sem provas claras e evidentes, de que os factos allegados contra a sua validade offendem a independencia e liberdade dos votos, ou violaram qualquer outra condição ou forma substancial;

Hei por bem, conformando-me com a sobredita consulta, dar provimento no mesmo recurso.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 20 de dezembro de 1859. — REL. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme. — Antonio de Robredo.

Está conforme. — Secretaria do conselho d'estado, em 28 de janeiro de 1860. — José Gabriel Holbeche, secretario geral.

## TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de José Mauricio Gonçalves Carugo, como recebedor da freguezia de Santa Catharina d'esta cidade, desde o 1.º de julho de 1849 até 16 de setembro do mesmo anno, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o processo da liquidação da conta da responsabilidade de José Mauricio Gonçalves Carugo, pela sua gerencia de recebedor da freguezia de Santa Catharina d'esta cidade, no periodo decorrido desde o 1.º de julho de 1849 até 16 de setembro do mesmo anno, mostra-se, pela conta corrente de fl. 1 v. e 2, importar o total do debito d'este responsavel na quantia de 33:164.580 réis e o credito na somma de 33:173.930 réis, das quaes resulta um saldo de 9.070 réis a favor do mesmo exactor. Mostra-se que o debito se compõe de 28:286.757 réis que passaram por balanco da conta da gerencia d'este responsavel, desde 18 de setembro de 1843 até 30 de junho de 1849, julgada por accordo de 23 de março do anno proximo passado; de réis 4:785.078 de documentos de cobrança recebidos no periodo da gerencia de que trata este processo, de juros pela mora dos pagamentos, e de cedencias feitas á fazenda pelos contribuintes; e de 93.025

réis pelo rendimento do imposto para a amortização das notas do banco de Lisboa, incluindo 600 réis que passaram por balanco da conta da gerencia anterior finda em 30 de junho de 1849, como se vê pelos documentos de fl. 3 a 6. Mostra-se que o credito do responsavel resulta de 2:034.577 réis das entregas que realiso no cofre central do districto, e de annullações de receita virtual, conforme os documentos de fl. 7 a 26; de 31:046.512 réis de documentos de cobrança que passaram em transição para o recebedor José Ferreira Vianna, segundo se vê do recibo de fl. 27; e finalmente de 93.025 réis entrados no cofre central do districto pelo rendimento do imposto para a amortização das ditas notas, o que se comprova pelos documentos de fl. 23 a 34. Mostra-se que, por ter fallecido o responsavel, foram citados na qualidade de seus representantes D. Maria Cyprianna da Madre de Deus Rollin Carugo, Antonio Maria Rollin Carugo, D. Mariana Gonçalves Carugo Prostres na pessoa de seu marido Francisco Rufino de Carvalho Prostres, e Marcos Gonçalves Carugo, os quaes não allegaram causa alguma contra o resultado d'esta liquidação: o que tudo visto e o mais que consta d'este processo, julgam a conta de que se trata bem e devidamente processada, e n'essa conformidade, declaram os representantes do fallecido exactor credores á fazenda publica da quantia de 9.070 réis pelo saldo da gerencia da recebedoria da freguezia de Santa Catharina d'esta cidade, no periodo decorrido desde o 1.º de julho de 1849 até 16 de setembro do mesmo anno.

Lisboa, 13 de janeiro de 1860. — Margiochi, relator. — Albercaria. — Dr. Nogueira Soares. — Larcher. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 3 de fevereiro de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da mesa da santa casa da misericordia da villa de Cintra, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que mostrando-se do orçamento a fl. 3 devidamente aprovado, que a receita da misericordia da villa de Cintra para o anno economico de 1851 a 1852 foi calculada em 2.537.611 réis; vista a disposição do artigo 11.º n.º 2 do Decreto de 19 de agosto de 1859 julgam, que não compete ao tribunal tomar conhecimento da conta de que se trata.

Tribunal de contas, 17 de janeiro de 1860. — Correia Caldeira. — Lobo. — Paiva Pereira. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 3 de fevereiro de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.

## EDITAL

O secretario geral, servindo de governador civil do districto de Lisboa, etc.

Achando-se proxima a epocha do carnaval, e parecendo de reconhecida conveniencia recordar n'esta occasião a observancia das providencias de execução permanente concernentes a prevenir qualquer abusiva pratica de jogos e brinquedos indecentes ou incommodos, contrarios á boa policia, e como taes improprios de uma capital civilisada: determino, em conformidade da autorisacão que me confere o artigo 227.º n.º 1.º do codigo administrativo, que as referidas providencias sejam novamente publicadas na sua integra, e nos termos em que já o foram nos annos anteriores, pelo modo seguinte:

1.º É prohibido atirar nas ruas ou das janellas laranjas, ovos, pões, agua, estalos, e em geral praticar actos que possam molestar as pessoas ou deteriorar as propriedades dos cidadãos.

2.º É igualmente prohibido nas ruas e logares publicos o uso de mascarar e trajos offensivos da religião, da moral e dos bons costumes.

3.º Ficam tambem prohibidas nas ruas e logares publicos as danças, cujos directores não tenham obtido licença da autoridade competente.

4.º Os que contravierem as disposições dos artigos anteriores serão presos, autoados e remettidos ao poder judicial, para serem punidos na conformidade da lei; e não o podendo ser em flagrante, formar-se-ha o auto competente, que será enviado ao juiz.

5.º Aos administradores dos bairros incumbem dar as providencias necessarias para que estas disposições sejam cabalmente observadas, expedindo as ordens e instrucções convenientes aos seus subordinados, e fiscalizando pessoalmente a execução d'ellas nos respectivos districtos.

E para que chegue ao conhecimento de todos, e ninguém possa allegar ignorancia, mandei publicar o presente, que será affixado nos logares do costume.

Lisboa, 13 de fevereiro de 1860. — O secretario geral, servindo de governador civil, D. João Pedro da Camara.

## SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericordia d'esta corte manda annunciar, que no dia 9 do proximo futuro mez de março ha de começar o pagamento das ordinarias das visitadas pertencentes á visita de Santa Catharina.

Contadoria da misericordia de Lisboa, 14 de fevereiro de 1860. — O official maior, Antonio Isidoro de Almeida.

## ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Antonio Nunes, Anna Rita — Cactana — Duqueza de Palmella — José Caetano Pires, José Joaquim da

Silva, Joaquina Martins, Joaquina dos Santos Cruz — Manuel Fernandes, Maria do Carmo Peixoto Costa, Maria José de Almeida.

JORNAL RETIDO POR FALTA DE FRANQUIA Para S. Francisco da California Redacção do Pacific Medical Journal. Administração central do correio de Lisboa, em 15 de fevereiro de 1860.

## PARTE NÃO OFFICIAL

## CORTES

## CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 15 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Á uma hora da tarde verificou-se pela chamada estarem presentes 63 srs. deputados.

O sr. Presidente: — declara aberta a sessão.

Acta approvada.

O sr. Sá Vargas: — manda para a mesa o parecer da commissão de poderes sobre o diploma de um sr. deputado, e dois diplomas do sr. deputado eleito Antonio Roberto de Oliveira Lopes Branco.

Dá-se conta na mesa das seguintes declarações:

1.º Do sr. Abranches, de que por motivo justificado não pôde comparecer na sessão de hontem. Inteyrada.

2.º Do sr. Julio Carvalho, de que o sr. Rojão não pôde comparecer á sessão de hoje por incommodação de saúde. Inteyrada.

3.º Do sr. Ferrer, de que o sr. Cancellia não pôde comparecer por motivo de molestia. Inteyrada.

4.º Do sr. Pequeto, de que o sr. Bivar não pôde comparecer á sessão de hoje por motivo justificado. Inteyrada.

5.º Do sr. Dias de Azevedo, de que o sr. Rebello Cabral, por motivo justificado, não pôde comparecer á sessão de hoje. Inteyrada.

## CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Xavier da Silva, acompanhando as contas, como thesoureiro na camara transacta. — A' commissão de fazenda.

2.º Da camara dos dignos pares, datado de 22 de novembro ultimo, participando que em 18 do mesmo mez foi ali approvado o projecto de lei sobre a reforma da lei eleitoral. Inteyrada.

3.º Da mesma camara, datado de 23 de novembro ultimo, participando ter sido ali approvado o projecto de lei, que augmentou o vencimento do porteiro da bibliotheca nacional de Lisboa. Inteyrada.

4.º Do ministerio do reino, acompanhando o processo da eleição, em 1.º escrutinio, de um deputado pelo circulo 100, Proença a Nova. — A' commissão de poderes.

5.º Uma representação dos povos do concelho de Odenira, pedindo alguns melhoramentos nas estradas e na barra d'aquella villa. — A' commissão de obras publicas.

6.º Da camara municipal de Monte-mór o Novo, pedindo que seja desannexado do seu concelho o extincto concelho de Mora. — A' commissão de estatistica.

7.º Dos habitantes do extincto concelho de Mourão, pedindo a reconstrução do seu concelho. — A' mesma commissão.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara, com urgencia, o relatorio da commissão de inquerito ás sementeiras de arroz, nomeada em consequência da resolução da camara transacta, em sessão de 13 de abril de 1859, e qualquer outra correspondencia que a referida commissão haja tido com o governo a esse respeito.

Assim mais copias das portarias de resoluções que o governo tenha tomado sobre este importante negocio, em resultado do referido inquerito. — D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.

2.º Continuando a existir completamente abandonados, e entregues a uma vida de perdição e miseria, uma grande parte dos orphãos provenientes da febre amarella, sem que ha mais de dois annos se tenha applicado devidamente as esmolos, que para elles foram recebidas.

Existindo igualmente sem applicação, ha bastantes annos, um legado avultado para crianças abandonadas, deixado pelo fallecido Manuel Pinto da Fonseca.

E havendo impossibilidade de executar os decretos de 12 de outubro de 1859, que determinam a forma de applicar as referidas esmolos e legado.

Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, informe esta camara do que se tem passado a tal respeito, posteriormente aos referidos decretos.

Informe de que cargo para fundamentar uma interpellação, que preciso fazer ao sr. ministerio do reino, e de que requero seja s. ex.º prevenido. — D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.

3.º Renovo o requerimento que fiz com o sr. ex-deputado Ferreira de Lima, a 14 de novembro ultimo, sobre a directriz da estrada chamada da Beira, entre Coimbra e a foz do rio Ceira. — Henriques Secco.

4.º Renovo o requerimento que fiz, pedindo esclarecimentos sobre inscripções vinculadas, em 7 de maio e 21 de novembro do anno ultimo, pelo ministerio da fazenda. — Henriques Secco.

São remettidos ao governo.

5.º Requerio que a camara recomende ao governo que mande estudar a estrada desde o porto de Lavos até á Marinha Pequena ou sitio do Outeiro, que será de 3/4 de legua de distancia, e une o dito porto com o ponto do Barracão, na estrada de Lisboa ao Porto. — Henriques Secco.

É enviado á commissão de obras publicas.

6.º Requerio que, pela secretaria da camara, sejam remettidos á respectiva commissão todos os papéis relativos á representação feita pelas commissões promotoras do asylo da infancia desvalida de ambos os sexos, da cidade de Guimarães, apresentados na sessão passada, a fim de terem o seguimento conveniente. — Visconde de Pindella, deputado por Guimarães.

É remettido á commissão de fazenda.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.º Renovo a iniciativa do meu projecto de lei, acerca da determinação dos limites entre os dois concelhos de Alijó e Sabrosa, apresentado á camara em 17 de novembro de 1859. — Alves Martins.

É enviada á commissão de estatistica.

2.º Renovo o projecto n.º 30, da commissão de foras, da legislatura passada. — Henriques Secco.

É enviada á commissão de foras.

3.º Renovo a iniciativa do projecto de lei de 12 de março do anno passado, que foi, salvo erro, remettido á commissão de fazenda. — Henriques Secco.

É enviada á commissão de administração publica.

4.º Renovo a iniciativa do projecto de lei de 25 de fevereiro de 1858, n.º 54 A, já repetida em 22 de novembro do anno referido, em que foi remettido á commissão de foras. — Henriques Secco.

É enviada á commissão de foras.

É lido na mesa o parecer da commissão de poderes sobre o diploma do sr. deputado eleito por Mangualde, Jacinto José da Silva e Andrade.

É logo approvado e proclamado o sr. deputado.

O sr. Cyrillo Machado: — renova a iniciativa do projecto de lei n.º 146 B, acerca do emprestimo que requereu a camara municipal do concelho de Santo Thyrsio, e pede que este assumpto seja remettido á commissão de administração publica.

Renova igualmente a iniciativa de outro projecto, para poderem ser promovidos os maiores graduados e capitães do exercito, que se acham exercendo o magisterio nas escolas de instrução superior.

O sr. Sá Vargas: — por parte da 1.ª commissão de verificação de poderes, manda para a mesa o parecer sobre os diplomas do sr. Antonio Roberto de Oliveira Lopes Branco, deputado eleito pelos circulos n.ºs 76 e 78.

Entrando logo em discussão é approvado, e em seguida, sendo introduzido na sala com as formalidades do estylo, presta juramento o sr. Lopes Branco.

O sr. Sebastião de Almeida: — manda para a mesa, a fim de irem á respectiva commissão, duas representações da camara municipal de Miranda do Corvo, uma por causa da directriz do caminho de ferro de Thomar a Coimbra, outra para que se continue a estrada de Thomar em direcção aos Cabagães e Ribeirinho; estrada, que tem sido injustamente abandonada, quando é certo ser de primeira ordem, e das mais frequentadas no nosso paiz. Por esta occasião cumpre-lhe declarar que vae entregar na repartição competente uma outra representação da mesma camara para que na estrada da Beira se siga a directriz pela margem direita do Mondego desde Coimbra á Portella.

O sr. Gaspar Pereira: — tem de occupar-se com urgencia de um objecto de utilidade publica, e de grande interesse; refere-se á ponte de Unhaes da Serra, e á directriz da estrada de Castello Branco á Guarda, mas não adiantando nada, visto não se achar presente o sr. ministro das obras publicas, pede se lhe reserve a palavra para quando s. ex.ª se ache presente.

O sr. Mousinho de Albuquerque: — lê e manda para a mesa um requerimento, que fica para segunda leitura.

O sr. Palma: — renova a iniciativa de um projecto de lei.

O sr. D. Rodrigo de Menezes: — renova igualmente a iniciativa de dois projectos de lei.

O sr. Barros e Sá: — lê e manda para a mesa uma proposta sobre a publicação das sessões da camara, de que se dará conta na sessão seguinte.

O sr. Julio do Carvalho: — pede ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

O sr. Vaz da Fonseca: — pede que, depois de eleitas as duas commissões que estão dadas para ordem do dia, se proceda á eleição da commissão de agricultura, para que com a maior urgencia examine a proposta de lei apresentada pelo sr. ministro das obras publicas sobre cereaes, attenta a sua grande importancia.

O sr. Mousinho de Albuquerque: — participa que se acha constituída a commissão de obras publicas, nomeando para presidente ao sr. José Estevão, para relator o sr. Lobo d'Avila, e a elle para secretario.

## ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA ELEIÇÃO DE COMMISSÕES

Precede-se á eleição das commissões de administração publica e instrucção publica, composta cada uma de 9 membros.

Corrido o escrutinio para a commissão de administração publica, verifica-se terem entrado na urna 93 listas, sendo 11 brancas, maioria absoluta 47, e saem eleitos:

Os srs. Custodio Rebello de Carvalho com 76 votos  
D. Rodrigo de Menezes ..... 75 »  
João Rodrigues da Cunha Aragão 74 »  
Antonio Correia Caldeira ..... 71 »  
Alberto Antonio Moraes Carvalho 70 »  
Custodio Faria da Cruz ..... 65 »  
Antonio Rodrigues Sampaio ..... 62 »  
Antonio Maria do Couto Monteiro 61 »  
Barão das Lages ..... 54 »

Corrido o escrutinio para a commissão de instrucção publica, verifica-se terem entrado na urna 93 listas, sendo 5 brancas, maioria absoluta 47, e saem eleitos:

Os srs. Luiz Augusto Rebello da Silva com 74 votos  
Justino Antonio de Freitas ..... 74 »  
José Maria de Abreu ..... 71 »  
D. José de Lacerda ..... 71 »  
Luiz Albano ..... 62 »  
Gonçalves Mamede ..... 59 »  
José Horta ..... 58 »  
José Estevão ..... 58 »  
Thomás de Carvalho ..... 54 »

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro): — manda para a mesa o orçamento geral do estado para o anno economico de 1860 a 1861.

Relatorio do ministerio da fazenda, dando conta do uso feito pelo mesmo ministerio de diversas autorisacões concedidas ao governo, acompanhado de noventa e nove documentos.

Relatorio sobre o estado da fazenda publica, acompanhado das seguintes propostas de lei:

1.ª Regularisando o estado da applicação dos bonds creados em virtude das leis de 4 de junho de 1857 e 5 de março de 1858.

2.ª Autorisando o governo a fazer crear os títulos de divida publica necessarios para occorrer aos encargos dos caminhos de ferro de Lisboa á fronteira de Hespanha e ao Porto, e das Vendas Novas a Evora o Beja; da construção das estradas contratadas com Charles Langlois; e outras despezas que especialmente forem designadas por lei.

3.ª Autorisando o governo a pagar em dinheiro e ao par os saldos de diversos emprestimos contratados sobre o imposto das estradas e do de réis 600.000.000 sobre rendimentos atrasados, approvado por decretos de 21 de fevereiro e 30 de maio de 1859, podendo para esse fim vender a parte que for necessaria dos títulos de divida fundada que lhes servem de penhor, ou uma somma equivalente de similhantes títulos.

4.ª Alterando algumas disposições do decreto de 31 de dezembro de 1852 sobre a contribuição predial.

5.ª Estabelecendo a contribuição industrial em substituição da decima industrial e maneo de fabricas.

6.ª Estabelecendo a contribuição pessoal em substituição dos impostos de criados e cavalgaduras, e 4 % sobre as rendas das casas.

7.ª Estabelecendo a contribuição de registro em substituição das sizas, e imposto de transmissão.

8.ª Extinguindo o imposto adicional para amortização das notas, e o novo imposto adicional, estabelecido pela lei de 14 de agosto de 1858, elevando de 15 a 20 % o imposto das estradas, com a denominação de imposto de viação, devendo ser applicado aos encargos provenientes da construção e conservação de caminhos de ferro, estradas, e outras obras e despezas tendentes a facilitar as communicações internas e externas.

9.ª Extinguindo as terças dos concelhos e contribuição dos concelhos para a universidade.

10.ª Extinguindo os dízimos e outros impostos especiaes nas ilhas desde o 1.º de janeiro de 1862, e substituindo-os pelas contribuições predial e pessoal.

11.ª Autorisando o governo a publicar uma nova edição das pautas, geral das alfandegas, e da alfandega municipal de Lisboa, servindo de typo de pesos e medidas os do systema metrico decimal, e

reduzindo a uma só verba o imposto principal e os additionaes, não excedendo a 10 % as diferenças para mais ou para menos em relação aos actuaes direitos.

12.ª Estabelecendo a administração do exclusivo do tabaco por conta do governo desde o dia em que finda o actual contrato.

13.ª Estabelecendo diversas disposições acerca do imposto do sello.

14.ª Estabelecendo diversas disposições acerca dos direitos de mercê.

15.ª Repartido pelos districtos a contribuição predial, respectiva ao anno civil de 1861.

16.ª Repartido pelos districtos a contribuição pessoal, respectiva ao anno civil de 1861.

17.ª Autorisando o governo a reformar a administração da fazenda, comprehendendo a secretaria d'estado dos negocios da fazenda e thesouro publico, e as repartições de fazenda dos districtos e concelhos, e estabelecendo diversas disposições acerca da cobrança dos impostos directos.

Renovou tambem a iniciativa das seguintes propostas de lei:

1.ª Autorisando o curso e giro das antigas moedas de prata, até 31 de janeiro de 1861.



este só a aprovação dos estudos feitos pela empresa entre pontos obrigados. E determinou-se para mais completa segurança, que a empresa fosse obrigada a executar os projectos definitivos, a que o governo julgasse conveniente mandar proceder por sua conta, e tiver aprovado, antes da empresa começar os seus trabalhos. Também pareceu razoável, adoptando-se o que a este respeito estabelece a legislação franceza, rigorosa e severa em tais assumptos, consignar expressamente o direito dos fiscoes do governo de obrigarem a empresa a desmanchar a obra feita, quando na execução se tenha afastado dos projectos approvados, e a reconstrui-la em conformidade com elles. Em todos os demais pontos se seguiu o projecto proposto pelo conselho. O preço da empreitada por kilometro era de certo uma das condições mais importantes a estabelecer. O conselho fixou-o em 4:200\$000 réis para as estradas de primeira classe e 3:200\$000 para as de segunda.

Se attendermos ao custo medio das estradas, que nos ultimos annos têm sido construidas por conta do estado, e á natureza do terreno que tem de atravessar as que são designadas no contrato, o preço fixo não só não é excessivo mas demanda da parte do empreiteiro, a quem o governo com a autoridade que lhe dá o contrato fazer cumprir cabalmente as suas condições, o tino e pratica de taes empresas e uma rigorosa economia na administração dos trabalhos, para poder auferir os lucros da sua industria. A condição estabelecida no artigo 14.º, que faz eventualmente a vontade do governo que o contrato de empreitada seja ao mesmo tempo um contrato de emprestimo, traz ao estado as vantagens que não escapam de certo á vossa penetração, sendo uma d'estas a isenção do abatimento do preço do mercado, que os emprestimos por emissão de títulos costumam trazer consigo, e ficando assim reunida sem dependencia de uma nova operação a parte financeira da empresa. Foi certamente por estes motivos que o conselho não propoz que se abrisse concurso sobre o preço, suppondo inutil recorrer á praça em procura de encargos menos onerosos que podessem oferecer licitantes serios. E foi pelas mesmas razões que o governo, com quanto possesse a concurso o contrato provisorio feito com Charles Langlois, mais na idea de certificar pelas provas da praça o calculo do preço da empreitada, do que na esperança de obter uma redução sensível, se reservou a faculdade, n'este como nos outros concursos, de excluir da licitação as pessoas que lhe não dessem sufficientes garantias. Foi esta uma grave responsabilidade que sobre si tomou o governo. Autorisaram-n'o porém a usar d'ella não só as recomendações feitas no parlamento na occasião de se discutir o projecto de lei para pôr a concurso a construção do caminho de ferro de Evora e Beja, mas a experiencia quotidiana das arrematações nas empreitadas e até nos fornecimentos das obras publicas. Só o arbitrio do governo pôde muitas vezes distinguir os verdadeiros licitantes dos atravessadores, que não podendo conlhoar-se com elles, vem muitas vezes á ultima hora oferecer um lance minimo para depois, sob qualquer pretexto, illudirem ou rompem o contrato a que se obrigaram, ou depois de fechada a praça declaram que tomariam a empreza por melhores condições, com o fim de fazerem annullar a arrematação. Muitos exemplos d'esta ordem nos tem fornecido infelizmente a historia das nossas empresas de melhoramentos, tanto geraes como municipaes. Muitos empresarios de credito se recusam tambem por estes motivos a comparecer nos concursos, prevendo o risco de entrarem em competencia com os licitantes de menos boa fé. É certamente para evitar estes abusos que nos regulamentos de obras publicas em França se prescrevem para as empreitadas condições rigorosas, como aquellas que vem transcriptas no contrato, que é submettido ao vosso exame, e se deixa o maior arbitrio ao governo, não só na fiscalização das obras, mas nas mesmas adjudicações, determinando a legislação d'aquelle paiz, que, quando uma proposta é rejeitada por causa de incapacidade, ou quando um dos concorrentes não é admittido, ou quando uma adjudicação não é approvada, a decisão forma um acto puramente administrativo, de que não pôde haver recurso para o contencioso.

Foi ainda no sentido de garantir os interesses do estado contra os abusos da especulação, que o governo impoz como condição de admissibilidade aos licitantes o juntarem certificado comprovativo de terem executado trabalhos de viação. Abriu-se n'estas condições o concurso, e o resultado consta dos documentos que vão juntos a este relatório. Em conformidade com o informe da repartição competente, e com a consulta do ajudante do procurador geral da coroa junto d'este ministerio, foram excluidas duas das propostas, marcando-se o dia 8 de novembro para n'elle ter lugar a licitação entre os proponentes restantes, o concessionario primitivo Charles Langlois, e o engenheiro civil e empreiteiro de obras publicas Philippe Vitali. Foi depois adiada a licitação em resultado da representação, que ao governo dirigiram o digno par do reino José Isidoro Guedes e o visconde de Orta, signatarios de uma das propostas excluidas, pedindo que se substivesse na licitação, e que fosse ouvido o conselho d'estado.

Apesar dos termos menos convenientes em que este documento vinha redigido, e de se allegar como principal fundamento da reclamação uma conversa extra-official, e menos exactamente reproduzida pelos reclamantes, entendeu o governo na sua imparcialidade, dever deffirir em parte a esta representação pelas outras allegações que se faziam, e foi unicamente sobre ellas que ouviu o conselho d'estado, como consta da exposição, que, por escripto, foi feita a este alto corpo politico, e que tambem encontraremos entre os documentos aqui juntos. No meio da delonga causada por este incidente, desistiu do concurso o outro proponente, e, em virtude d'essa desistência, foi o contrato adjudicado ao concessionario provisorio.

Senhores: em todas as circumstancias d'este negocio o governo só teve em vista assegurar o verdadeiro interesse do paiz, sem offender nenhum dos direitos. O motivo da primeira exclusão das duas propostas foi, antes de se entrar na avaliação da idoneidade dos licitantes em quanto aos outros requisitos que o decreto designava, o terem sido apresentadas fora de tempo. O governo entendeu que, estando autorizado a determinar qualquer prazo, que tendo estabelecido no decreto que abriu o concurso a maneira de o contar, e tendo d'essa maneira contado em tres concursos successivos, acontecendo que, n'um d'elles, já se havia rejeitado uma proposta, que viera no dia immediato ao da conclusão do prazo assim contado, falaria ao deveres da stricta imparcialidade e rectidão, que lhe cumpre guardar, se tivesse duas bitolas diferentes para decidir negocios, que envolvem serios interesses, conforme o nome e a categoria das pessoas. A vós porém compete decidir o que na vossa sabedoria vos parecer mais equitativo, e mais proveitoso aos interesses legitimos do paiz e ao bom exito da empreza. Se no espaço de dois annos estiverem concluidos os trabalhos a que se refere o contrato, que proponho á vossa approvação, tereis concorrido para fazer ao paiz um immenso beneficio. As estradas contractadas não abrangem todas as principaes communicações de que o paiz carece. Entendeo, porém, o governo, que era mais conveniente aguardar o exito dos primeiros trabalhos d'esta empreza, para lhe dar, no caso de bom resultado, mais amplo desenvolvimento.

No intuito de dispor as cousas para o prompto começo das obras, para a escolha das estradas, que primeiro devem ser começadas, e para a mais reflectida discussão das directrizes a adoptar, mandou-se proceder aos estudos previos das linhas, a que se refere o contrato, em todas as provincias, os quaes, pela sua maior parte, estão concluidos, e muitos se acham já submettidos ao exame do conselho das obras publicas.

Tenho pois a honra de submeter ao vosso exame a seguinte PROPOSTA DE LEI.

Artigo 1.º É approvado, na parte que depende da sancção legislativa, o contrato celebrado em 6 de dezembro de 1859, entre o governo e Charles Langlois, para a construção das estradas mencionadas na tabella annexa ao dito contrato, o qual vae junto á presente lei e d'ella faz parte.

Art. 2.º O governo dará conta ás cortes, em cada sessão legislativa, do estado das obras e do modo como o contrato tiver sido executado.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 13 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

Contrato de empreitada para a construção de 693 kilometros de estradas ordinarias de 1.ª e 2.ª classe, a que se refere a proposta de lei d'esta data

Artigo 1.º A empresa (devendo entender-se por esta palavra, sempre que for empregada n'este contrato, o concessionario definitivo segundo o n'teante Charles Langlois, ou a sociedade ou companhia que elle formar para o fim do mesmo contrato, com auctorisação do governo) obriga-se a construir por sua conta e risco, nos termos, pelo modo, e nos prazos estipulados nas diversas condições d'este contrato, as estradas de 1.ª e 2.ª classe que constam da tabella annexa, na extensão proximamente de 693 kilometros, completos em todas as suas partes, com todas as expropriações, aterros e desaterros, obras de arte, muros de suporte, empedramento, fossos, collocação de marcos kilometricos, e em geral as obras de construção previstas e imprevistas que forem necessarias para o completo acabamento das mesmas obras.

§ unico. Exceptuam-se as obras de arte, cujo orçamento for aprovado pelo governo, em mais de 10:000\$000 réis, as quaes serão executadas por conta do governo, ou pagas separadamente á empreza por ajuste particular.

Art. 2.º As directrizes das estradas que a empreza se obriga a construir serão previamente determinadas pelo governo. A empreza deverá submeter á approvação do governo os projectos das estradas e das respectivas obras de arte.

§ 1.º Estes projectos comprehenderão: Planta na escala de 1/5000;

Perfil longitudinal na de 1/500 para as alturas, e de 1/5000 para os comprimentos;

Perfizes transversaes na escala de 1/5000 obra de arte para um comprimento abaixo de 100m na escala de 1/500;

Para um comprimento de 10 a 100m na escala de 1/100;

Para um comprimento acima de 100m na de 1/200.

§ 2.º Os projectos que a empreza houver de submeter á approvação do governo, comprehenderão secções entre dois pontos importantes da directriz, nunca inferiores a 20 kilometros.

§ 3.º O governo fornecerá á empreza os projectos das estradas, que antes da empreza começar os trabalhos tiverem sido feitos por conta do governo, e estiverem approvados.

A empreza deverá executar as obras na conformidade dos projectos.

Art. 3.º As estradas de 1.ª classe terão 8m de largura, excluidos os fossos, e 5m,40 de largura de empedrado; as de 2.ª classe terão 6m de largura, e 4m,40 de empedrado; a espessura d'este deverá ser de 0m,25 para as de 1.ª classe, e 0m,20 para as de 2.ª classe, devendo a flexa variar de 1/50 a 1/60 de largura.

Art. 4.º Os declives das estradas não poderão exceder em regra o limite maximo de 0m,05, e se n'algum caso extraordinario for indispensavel exceder este limite, isso não poderá ter lugar sem previa approvação do governo.

Art. 5.º A empreza é obrigada a empregar materiais de boa qualidade, e a construir as obras com toda a segurança e solidez, assim como a empregar no empedramento a pedra que tenha as qualidades e dimensões apropriadas.

Art. 6.º O governo terá o direito de mandar fiscalisar pelos seus agentes a feitura das obras, e no caso de se verificar que a empreza falta ás disposições do precedente artigo, o governo obrigará a empreza ao cumprimento d'elle, sendo a empreza pela sua parte obrigada a executar as ordens que receber. Se a empreza, na execução de quaesquer obras, se tiver afastado dos projectos approvados, sem auctorisação do governo, os fiscoes poderão obrigar a empreza a desmanchar a obra feita, e a reconstrui-la na conformidade d'esses projectos.

Art. 7.º A empreza restabelecerá e assegurará á sua custa o curso das aguas que se tenha suspenso ou modificado em consequencia das obras das estradas, ou indemnizará os proprietarios, segundo as leis em vigor. Do mesmo modo restabelecerá as serventias que em virtude das obras forem interrompidas.

Art. 8.º As estradas á proporção que forem sendo concluidas n'uma extensão de 10 kilometros, ou entre pontos importantes, ainda que de menor extensão, serão entregues á administração publica, depois de se verificar que estão nos termos de serem acceitas, segundo as prescripções d'este contrato. A sua conservação ficará a cargo da empreza até á conclusão das obras, pagando-lhe o governo este trabalho na razão de 50\$000 réis por anno e por kilometro.

§ unico. Se o governo entender que o trabalho da conservação não é devidamente feito, toma-lhe a seu cargo, cessando de pagar á empreza a somma acima mencionada.

Art. 9.º O governo obriga-se a pagar á empreza as obras construidas na razão de 4:200\$000 réis por kilometro para as estradas de 1.ª classe, e de réis 3:200\$000 para as de 2.ª classe.

Art. 10.º O governo concede á empreza, sem encargo algum, os terrenos pertencentes ao estado que devem ser occupados pelas estradas que fazem o objecto d'este contrato. Concede-lhe tambem as pedreiras que estiverem em terrenos do estado, e de que ella carecer para tirar os materiais que tiverem de ser empregados nas obras das estradas.

Art. 11.º O governo tambem concede á empreza a entrada, livre de direitos, dos materiais necessarios para a execução das obras, debaixo da devida fiscalização; concede-lhe igualmente a isenção de qualquer imposto geral ou municipal sobre a mesma empreza.

Art. 12.º O governo auxiliará, pelos meios legais, a empreza nas expropriações a que tiver de proceder, aproveitando-lhe para estas as disposições legislativas que favorecerem o estado nos trabalhos de utilidade publica, nas quaes é comprehendida a lei de expropriações para os caminhos de ferro.

Art. 13.º No fim de cada mez a empreza remet-terá ao governo a nota da despesa com as obras feitas, acompanhada dos certificados dos fiscoes do governo, e este mandará fazer o pagamento sobre estes documentos dez dias depois da sua recepção. Se houver duvida n'alguma somma, pagar-se-ha a

parte liquidada, e a contestada ficará para o mez seguinte. Ao governo fica o direito de resolver definitivamente a questão depois de ouvidos os emprezarios e o conselho de obras publicas.

§ 1.º Os pagamentos mensaes não deverão exceder, em regra, mais de 20 % alem da quota parte do capital total correspondente á fracção do tempo que se pagar; quando houver este excedente nos mezes successivos da boa estação dos trabalhos, reduzir-se-ha na estação menos propria a somma dos pagamentos na mesma relação, de modo que a despesa esteja sempre em proporção com a obra feita.

§ 2.º Se o adiantamento provado das obras fizer ver que ellas se podem concluir antes do prazo estipulado, n'este caso os pagamentos serão regulados do modo que não embarcem a mais prompta conclusão das obras.

§ 3.º De seis em seis mezes, a contar do começo das obras, far-se-ha uma liquidão, e a empreza será inteirada do pagamento correspondente ao numero total de kilometros completos que tiver construido. Se porém tiver já recebido mais do que esta somma, far-se-lhe-ha o desconto respectivo no pagamento do mez seguinte.

Art. 14.º Os pagamentos que o governo tiver de fazer á empreza effectuar-se-hão em títulos de divida publica externa de 3 % pelo seu valor no mercado, fixado no termo medio do mez precedente, reservando-se o governo o direito de pagar em dinheiro se o julgar conveniente.

Art. 15.º Se houver interrupção dos trabalhos por culpa da empreza, o governo mandará proceder á construção d'elles, e por conta da mesma empreza, até dispendir a somma retida no seu poder como caução. Se durante este tempo a empreza não se habilitar a continuar as obras, terá o governo o direito de rescindir o contrato por sua propria auctoridade, e a empreza perderá a caução que tiver depositado.

Art. 16.º Passados quatorze mezes depois do começo das obras a empreza será obrigada a entregar á circulação publica uma extensão de estradas igual a 347 kilometros, sob pena de rescisão do contrato e da perda da caução.

Art. 17.º A empreza deverá começar os trabalhos nas estradas que o governo indicar como mais urgentes, e n'ellas o deverá continuar sem interrupção.

Art. 18.º Dentro de tres mezes, depois da approvação d'este contrato pelas cortes, a empreza deverá submeter ao governo os projectos de que trata o § 1.º do artigo 2.º que forem necessarios para dar começo ás obras em escala proporcional á sua grandeza, e ao tempo dentro do qual devem estar concluidas.

Art. 19.º O governo deverá resolver sobre os projectos apresentados dentro de um mez; deixando de se contar todo o tempo que elle exceder a este prazo, n'aquelle dentro do qual a empreza é obrigada a concluir as obras.

Art. 20.º A empreza deverá começar os trabalhos das estradas cujos projectos tiverem sido approvados pelo governo, ou d'aquelle, cujos projectos lhe tiverem sido por este fornecidos, dentro de cinco mezes, a contar da approvação do contrato pelas cortes, perdendo a caução a favor do estado, e tendo o governo o direito de rescindir o mesmo contrato, se a empreza faltar a esta condição.

Art. 21.º A empreza deverá ter concluido as estradas que formam o objecto d'este contrato dentro do prazo de dois annos a contar do começo das obras, e no caso de faltar a esta condição perderá todas as sommas que o governo lhe dever n'essa epoca, ficando o contrato ipso facto rescindido.

Art. 22.º Se a empreza deixar de apresentar os projectos de que trata o § 1.º do artigo 2.º do modo que, por esta falta não possa cumprir dentro do prazo estipulado no artigo precedente as prescripções d'este contrato, ou faltar a qualquer outra das condições a que se obriga expressamente nos termos dos seus artigos, perderá a caução para o estado, e terá o governo o direito de rescindir o o contrato por sua propria auctoridade.

§ unico. Exceptuam-se das disposições d'este artigo, bem como dos artigos 15.º, 16.º, 20.º e 21.º, os casos de força maior devidamente comprovados, nos quaes o governo poderá prorogar os prazos estabelecidos.

Art. 23.º Dois terços do numero total de engenheiros empregados pela empreza serão portuguezes, se o governo o exigir.

Art. 24.º A empreza, seus contratadores, agentes e apereiros ficam sujeitos, em tudo o que diz respeito a este contrato, ás leis e aos tribunaes do reino de Portugal.

Art. 25.º A empreza terá o direito de receber os juros correspondentes aos títulos de divida publica que constituem a caução feita por Charles Langlois no banco de Portugal á ordem do governo.

Art. 26.º Um anno depois do começo das obras este contracto poderá ser renovado com as mesmas condições a fim de ser submettido á approvação das cortes para a construção de quaesquer outras estradas, alem das que constam da tabella junta, de 1.ª ou de 2.ª classe, comprehendidas nas que são designadas na carta de lei de 22 de julho de 1850 ou que vierem a ser auctorizadas por lei.

Art. 27.º O actual contrato fica sujeito á approvação das cortes. Se as cortes o rejeitarem, entregar-se-ha immediatamente a Charles Langlois o deposito de 40:000\$000 réis, que este effectuou no banco de Portugal, na conformidade do contrato provisorio de 13 de setembro de 1859, e não terá a empreza direito a reclamar indemnisação alguma por quaesquer despesas que por ventura tenha feito.

Art. 28.º A caução de 40:000\$000 réis no caso de ser este contrato approvado pelas cortes, ou outra qualquer que venha a estabelecer-se no caso do artigo 26.º da renovação do contrato para outras estradas, ficará em poder do governo como garantia da solidez das obras até um anno depois de concluidas as estradas contractadas.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 13 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

Tabella para a construção das estradas, a que se refere o contrato retro

Designação das estradas	Numero approximado de kilometros	Preço da obra, segundo as disposições do artigo...
Bragança a Villa Real por Murga e Mirandella, menos a parte construida	90	378:000\$000
Chaves a Villa Real por Villa-pouca de Aguiar	52	218:400\$000
Chaves a Guimarães por Caves e Fafe	102	326:400\$000
Braga a Guimarães	18	57:600\$000
Trancoso a Lamego	60	192:000\$000
Vizeu a Albergaria	60	192:000\$000
Ponte Pedrinha á Ponte da Moura, na estrada de Celorico ao Alva por Galizes, e Pombal da Raiva	77,3	324:660\$000
Castello Branco á Guarda por Fundão e Covilhã	48	268:800\$000
Leiria a Thomar	30	126:000\$000
Estrada littoral do Algarve, de Lagos a Villa Real de Santo Antonio por Villa Nova de Portimão, Albufeira, Faro, Tavira, menos a parte construida	120	384:000\$000
Total.....	693,8	2:467:860\$000

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 13 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

### N.º 3-D

Senhores.—Poucas cousas contribuem tanto para o augmento da riqueza de um paiz, como a criação de um novo ramo de industria. A industria mineira, que disposta e tende a desenvolver-se no nosso paiz, está n'este caso. Não só extraindo do interior da terra as materias primas de diversas industrias contribue para o seu progresso, mas empregando braços faz muitas vezes levantar povoações em sitios, que antes eram desertos, e estabelece para a condução dos seus productos vias de comunicação, que aproveitam ao paiz que atravessam, sem que o seu custo tenha ficado a cargo da comunidade.

A mina de cobre de S. Domingos de Mertola está no caso de prestar estes serviços ás localidades que a aveshinam. Concedida em 12 de janeiro de 1859, já hoje emprega nas suas obras de lavra e na extração do mineral cerca de 280 trabalhadores diarios. Na condução dos productos d'esta mina até o porto de embarque no Guadiana tem andado diariamente em algumas epochas do anno para cima de 700 cavaladuras. A quantidade de mineral transportado por este meio imperfeito e dispendioso de condução foi até 15 de novembro do anno findo, de 10:712 toneladas portuguezas. Para o anno actual pôde talvez calcular-se a extração no triplo d'esta somma.

Por este motivo pede Diogo Mason, engenheiro director d'esta mina a permissão de estabelecer por sua conta um caminho de ferro para cavallos (tramway), para o serviço da mesma mina, desde o lugar em que está situada até á margem do Guadiana, declarando-se de utilidade publica as expropriações necessarias para o mesmo caminho e suas dependencias.

O caminho projectado será de grande importancia para o prospero desenvolvimento da lavra da mina de cobre de S. Domingos, e pôde ser de muita utilidade para algumas povoações visinhas, que de verão ter grande augmento com a exploração da mina. Acresce ainda, que havendo outras minas proximas de Mertola e de Serpa poderão estabelecer ramaes, que venham entroncar no caminho que se projecta.

A extensão do caminho é de 18 kilometros, segundo a planta que existe no ministerio das obras publicas.

Entendendo que é de grande conveniencia que se faça a concessão d'este caminho nas mesmas condições em que taes empresas costumam ser autorisadas n'outros paizes, isto é, estipulando as necessarias condições, para que o publico possa tirar vantagem d'esta obra, sem prejudicar os interesses do concessionario, tenho a honra de submeter á vossa approvação a seguinte

### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a contratar com Diogo Mason a construção e exploração de um caminho de ferro para cavallos (tramway) entre a mina de S. Domingos de Mertola e o Guadiana, sem garantia de juo nem subvenção alguma, estipulando as condições de arte e as de exploração, que julgar de conveniencia reciproca e geral, e declarando de utilidade publica as expropriações que tiverem de ser feitas pelo concessionario, em conformidade com as condições do contrato.

Art. 2.º O governo dará conta ás cortes do uso que houver feito da auctorisação concedida pela presente lei.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 13 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

### N.º 3-E

Senhores.—Um dos maiores empenhos dos governos civilizados é, sem duvida alguma, o proteger e animar todas as empresas de utilidade publica. E aquellas, cujo principal objecto e tendencia tem por fim facilitar as communicações dos homens e dos productos da sua industria, não podem deixar de merecer uma particular attenção.

Por taes considerações em todos os paizes se concedem prerogativas e favores a companhias de navegação, com o intuito de promover as relações commerciaes.

Guiado por estas idéas, o governo põe todo o seu zelo e cuidado em dar vida e impulso ás communicações internas e externas.

Não se tem poupado esforços nos ultimos annos para facilitar a navegação a vapor entre os portos do reino, illas adjacentes e provincias ultramarinas, e os dos paizes com que temos mais estreitas, intimas e proveitosas relações commerciaes.

A navegação para as nossas possessões da Africa, para os Açores e Madeira, e para os portos do Algarve, é hoje feita por empresas subsidiadas pelo governo, e protegidas com isenções e favores particulares.

A carta de lei de 25 de julho de 1856 foi inspirada pelo desejo de animar as communicações maritimas por barcos movidos por vapor; mas, alem das vantagens alli concedidas, entende o governo que algumas outras se podem tambem conceder ás empresas que em troca d'ellas quizerem sujeitar-se a dar certas compensações de interesse publico.

O governo julga que algumas das concessões que o decreto de 31 de dezembro de 1852 estabeleceu a favor da extincta companhia luso-brasileira podem, e devem outorgar-se a favor de todas as empresas, que offereçam garantias de bom serviço. E para que a expedição de negocios d'esta natureza seja facil e regular, parece conveniente que o governo seja autorisado, sem dependencia de especial permissão do corpo legislativo para cada uma das hypothesees, a conceder certas vantagens ás empresas de navegação.

É obvio, pelos mesmos motivos, a conveniencia de estabelecer por mais algum tempo o disposto no decreto de 16 de janeiro de 1837, que isenta dos direitos de embandeiramento por espaço de tres annos os barcos a vapor comprados em paizes estrangeiros. Esta isenção foi prorrogada por espaço de mais tres annos, pela lei de 10 de novembro de 1840, e restabelecida pelo mesmo espaço de tempo, por decreto de 8 de setembro de 1852, alem de ter sido concedida por leis especiaes a varias empresas.

As circumstancias ainda aconselham a renovação d'esta medida.

Por todas estas razões tenho a honra de vos propor a seguinte

### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a conceder ás empresas nacionaes de navegação a vapor, que estabelecerem carreiras regulares entre os portos portuguezes, ou entre estes e os dos paizes estrangeiros, as vantagens seguintes, alem das que lhes são concedidas pela carta de lei de 25 de julho de 1856:

1.º Isenção de direitos de todo o carvão, que for baldeado nos portos do reino e illas para o gasto das suas viagens.

2.º Isenção de direitos das amarrações, machinas, caldeiras, folha de ferro e cobre, necessarias para o seu concerto, quando este se fizer em Portugal.

§ unico. As isenções que se concederem em virtude d'esta auctorisação ficarão sujeitas á devida fiscalização das auctoridades.

Art. 2.º O governo contractará com as empresas, que quizerem gosar dos favores acima mencionados, as vantagens e compensações que parecerem justas, em referencia ao transporte dos passageiros do es-

tado, e da carga de objectos que pertençam ao governo.

Art. 3.º Serão considerados como navios portuguezes os barcos movidos por vapor, que por espaço de tres annos, a contar da publicação d'esta lei, forem comprados em paizes estrangeiros, pertencerem a empresas ou subditos portuguezes, e navegarem na conformidade das leis do reino.

Art. 4.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 13 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

### N.º 3-F

Senhores.—Venho hoje dar-vos conta da auctorisação concedida ao governo pela carta de lei de 3 de junho do anno proximo passado, para tomar na ausencia das cortes as providencias necessarias, a fim de occorrer a qualquer crise alimenticia, dando livre entrada aos cereaes e legumes estrangeiros, e propor-vos ainda sobre tão importante assumpto uma medida temporaria, em quanto uma lei permanente não regula este objecto de uma maneira mais conforme com os principios economicos hoje recebidos, e com as necessidades do paiz, como terei a honra de vos propor ainda durante a actual sessão legislativa.

O governo fez o uso mais parco e limitado da auctorisação, que lhe concedestes, tendo em vista occorrer ás necessidades da alimentação publica, sem prejudicar os interesses da agricultura. Pedindo periodicamente informação ás auctoridades administrativas, e consultando repetidas vezes o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas, se permittiu a entrada livre do milho e do centeo, pela escassez que havia d'aquelles generos, e por conti-tuarem elles o alimento principal das classes trabalhadoras na maior parte dos districtos.

Posto que a colheita do milho se annunciasse regular, nos fins do ultimo anno economico, como ella viesse ainda distante, como os preços e a existencia nos depositos denotassem a falta d'aquelle genero, e o governo recebesse reclamações instantes de varias localidades para a sua livre entrada, foi esta permittida por todos os portos secos e molhados do reino, até o dia 31 de agosto, precedendo voto affirmativo do conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas, por decreto de 30 de junho de 1859.

Mais tarde começou a sentir-se, em maior escala, a escassez do centeo, que é o alimento exclusivo da classe pobre nos districtos do interior do paiz, como é o milho na provincia do Minho, e nos outros districtos do littoral. Precedendo as competentes informações, e o mesmo voto affirmativo do conselho geral do commercio, foi permittida a livre entrada do centeo, até o dia 15 de novembro, por decreto de 25 de agosto de 1859.

Era o dia 15 de novembro o ultimo do prazo, pelo qual o governo havia sido autorisado a abrir os portos á importação dos cereaes estrangeiros. Porém as colheitas, á excepção da do milho, foram escassas, e ha receios fundados, de que a produção interna, principalmente a do trigo, não chegue para o abastecimento dos nossos mercados, até á colheita futura. Esta circumstancia reconhecida, as representações do commercio, e a diminuta existencia no terreiro publico de Lisboa, levaram o governo a pedir ás cortes na ultima sessão, que se abriu, e terminou em novembro do anno passado, uma nova auctorisação para permittir temporariamente a livre entrada de cereaes. Como aquella auctorisação não chegou a ser votada, como os receios da escassez se aggravassem, principalmente no mercado de Lisboa, cujo deposito ia decrescendo, e a auctorisação dada ao governo para abrir os portos, tivesse já caducado, permittiu-se, por decreto de 17 de dezembro, o deposito de trigo, cevada e centeo estrangeiros, nas alfandegas de Lisboa e Porto, até que as cortes tomassem uma deliberação conveniente, a respeito d'este importante objecto; conseguindo-se com esta medida acalmar os receios publicos, pela segurança de um remedio effcaz para o caso, em que as circumstancias imperiosamente reclamasssem abastecer os mercados com aquelles depositos.

Este estado não pôde continuar. Uma legislação absolutamente prohibitiva, a respeito de qualquer genero, e principalmente a respeito dos generos de primeira necessidade, é sempre uma monstruosidade na ordem moral e economica. Se as circumstancias peculiares do paiz durante uma epocha, em que a extensão da cultura, sem augmento sensível no consumo, permittiu que a produção interna chegasse para o abastecimento interior, foram taes que a prohibição consignada na lei não tinha sensiveis inconvenientes, não tem, acontetido assim nos ultimos annos, em que a sequencia de colheitas mediocres ou escassas, e o augmento innegavel de consumo, em rasão do desenvolvimento dos trabalhos publicos, e do progresso notavel, posto que lento, de alguns ramos industriaes, tem trazido uma procura superior á produção, tendo sido necessario permittir, com successivas intermitencias, a livre entrada dos generos alimenticios.

Regular de um modo permanente este importante objecto, evitando estas continuadas alterações na legislação commercial do mais importante objecto de consumo, com proveito do consumidor, e com reconhecida vantagem dos verdadeiros interesses agricolas do paiz, é o fim de uma proposta de lei, que confiei ao esclarecido exame de uma commissão composta de capacidades especiaes e praticas n'este ramo importante, e que se acha submettida á discussão do conselho geral do commercio, a fim de vos ser brevemente apresentada com os esclarecimentos e reflexões, que o assumpto reclama.

Em quanto porém não resolveis definitivamente este importante objecto, torna-se urgente attender o governo pelos motivos, que acima ficam apontados, a tomar as providencias necessarias para occorrer ás eventualidades de momento, e por isso tenho a honra de submeter desde já á vossa deliberação a seguinte.

### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a permittir a livre entrada de cereaes, em grão ou farinha, pelos portos secos e molhados do reino, até o



Senhores.—Venho dar-vos conta do uso que o governo fez da autorização que lhe foi concedida pela carta de lei de 6 de junho último para reformar o ministério a meu cargo, criando junto d'elle uma repartição de estatística, para modificar a organização do conselho de obras publicas e minas, e do conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas, e para reformar a intendencia das obras publicas no districto de Lisboa.

Por decreto de 5 de outubro de 1859 foi effectuada a reforma do ministério, creandose na direcção geral do commercio uma repartição de estatística.

Por decreto da mesma data foi creado um conselho de minas, tendo a seu cargo os assumptos de minas, que anteriormente estavam committidos ao conselho de obras publicas e minas, e dos quaes, pelo mencionado decreto, este conselho ficou desonerado, e as attribuições da commissão central de machinas a vapor, que foi extinta.

Por decreto de 11 de julho do mesmo anno havia sido elevado a nove, para cada uma das secções, o numero dos vogaes do conselho geral do commercio agricultura e manufacturas, não se julgando necessario fazer outro uso da autorização concedida pela lei, em relação á organização d'aquelle conselho.

A intendencia das obras publicas não foi ainda reformada, em desempenho da autorização concedida ao governo, tendo sido a supressão da abegaria, a qual não estava autorizada senão pela lei do orçamento, um acto de expediente ordinario da administração. Mais tarde será effectuada esta reforma, e d'ella se vos dará conta.

No relatório que em 5 de outubro dirigí a Sua Magestade, acompanhando os decretos da mesma data, os quaes, relatório e decretos, vãos juntos a este, como documentos, encontrareis a exposição succinta das alterações que se effectuaram na organização do ministério e as razões da sua adopção, assim como da criação do conselho de minas. Pelo mesmo documento vereis os motivos pelos quaes o decreto que reformou o ministério precisa de confirmação legal, e em virtude dos quaes tenho a honra de submeter á vossa approvação a seguinte

#### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º São confirmadas, na parte que dependa da sanção legislativa, as disposições do decreto de 5 de outubro de 1859, que reformou o ministério das obras publicas, commercio e industria.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 13 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

Porto.—O *Commercio do Porto* de segunda-feira, 13, em continuação das noticias que tem publicado sobre a apprehensão dos moedeiros falsos, dá mais as seguintes:

«No sabbado, como á pressa noticiámos, pelos poucos esclarecimentos que então tínhamos, fez-se uma importante apprehensão de notas falsas do Brazil a José Dias de Assumpção, mestre escola morador na rua do Rosário n.º 95 Z.

«Tinha havido uma denuncia de que esse homem traficava em notas falsas, e para que o crime fosse descoberto foi concertado um plano que deu em resultado a apprehensão de 3:300\$000 réis em notas do thesouro do Brazil de 20 e 50\$000 réis.

«Os srs. procurador régio Camillo Aureliano, e José Joaquim Rodrigues, delegado da 1.ª vara, effezmente coadjuvados pelos tres administradores dos bairros, effectuaram a diligencia com tanto acerto que dando uma busca na referida casa na occasião mais opportuna, quando o indistuido mestre escola tratava de fazer uma negociação de notas com pessoa de quem elle não desconfiava, foram encontrar na parede do quintal uma lata contendo a quantia mencionada, mas esperava-se encontrar mais, porque a porção de notas vendidas, segundo a denuncia dada e outras informações, era de 20:000\$000 réis, os quaes tinham sido vendidos por 3:000\$000 réis em metal.

«Faz-se o competente auto de apprehensão e busca tanto das notas como da correspondencia, sendo tudo rubricado pelo rei e testemunhas. Na mesma occasião deu-se tambem busca em casa de Joaquim Augusto Meirelles, mestre da fabrica de fundição que ha na rua do Rosário, por haver suspeitas de que tambem ali havia notas, mas nada se encontrou: foi porém preso por se achar em contradicção nas suas respostas com o mestre escola.

«Em casa d'este continuou hontem a diligencia, revolvendo-se todos os escauminhos, mas nada mais se encontrou alem da porção de notas que foi apprehendida no sabbado. Hoje ainda se continuam as diligencias da autoridade.

«Hontem foi tambem preso Antonio Dias Gonçalves, pintor, morador em Fradellos por alcunha o rei de Fradellos.

«Todas as autoridades são dignas do maior louvor pelos esforços que empregaram e empenho que têm mostrado na perseguição d'este crime. Cumpre-nos pois dar-lhes os nossos emboras por tão importante apprehensão, e pedir-lhes que não descansem.

Maya.—Do boletim do governo civil do Porto, que publicam as folhas desta cidade, transcrevemos a noticia que damos em seguida:

«Em a noite de 31 de janeiro findo foi encontrado morto no lugar de Fundevilla, freguezia de Milheiro, concelho da Maya, João da Silva Marques, morador n'aquella freguezia. Consta das averiguações a que procedeu o administrador do concelho, que o dito individuo estando, como costumava, bastante embriagado, caíra sobre umas pedras, ferindo-se na cabeça, de que lhe resultou a morte, por não ter sido promptamente soccorrido.»

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos jornaes de Madrid até 12 do corrente, e de Paris até 9.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

Algeciras, 12 de fevereiro.—O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra.—Quartel general do acampamento de Tetuão, 11 de fevereiro, ao meio dia.—Não occorre novidade.—As populações immediatas continuam mandando commissões a este quartel general, a fim de offerecerem as suas homenagens e prestarem obediencia a sua magestade a rainha.

Não tenho noticia de que estejam inimigos armados em ponto algum das immediações.

Alem d'este despacho o dos que hontem transcrevemos, os jornaes hespanhoes apenas publicam um outro com a noticia de que, em sessão de 10 do corrente, o ministério inglez communicou ás camaras o tratado de commercio concluido entre a Inglaterra e a França.

### FRANÇA

Muitos jornaes francezes, como a *Gazette de France*, a *Union* e o *Ami de la Religion*, publicam uma nova carta do bispo de Orleans, dirigida ao redactor do *Constitutionnel*, allusiva a uma carta ou

discurso de mr. Rosseau, antigo bispo de Orleans no tempo do imperio, documento esse que o *Constitutionnel* entendeu dever publicar, com o titulo de *Carta do bispo de Orleans*. Resulta d'esse documento, que mr. Rosseau não professava, acerca do poder temporal do papa, as mesmas idéas que o seu successor. Este responde, que mr. Rosseau proferiu o discurso citado pelo *Constitutionnel*, unicamente para se conformar com uma circular ministerial, e para obdecer a uma preocupação vã e servil.

### PIEMONTE

O plano projectado para se realizar a annexação da Italia central ao Piemonte é, segundo diz uma correspondencia de Turim, o seguinte:

«Depois de feitas as eleições de deputados em Parma, Modena, Romanha e Toscana, ao mesmo tempo que na Sardenha e na Lombardia, reunir-se-ão os tres parlamentos da Emilia, Toscana e Piemonte. Suppõe-se que os dois primeiros ratificarão a sua união á monarchia do rei Victor Manuel, e depois os deputados da Italia central pedirão para ser admittidos nas camaras sardas, pedido esse que será attendido. Tudo se prepara para este importante acontecimento.

«O ministro da Toscana, Ricasoli, será eleito deputado pela cidade de Pavia; Farini por Milão, em quanto que o conde de Cavour alcançará a representação de Florença, Modena, Bolonha, Milão e outras cidades da Italia.»

—Affirma-se que têm sido expedidas do Piemonte para Modena, muitas armas e munições. Todos os dias partem de Turim officiaes e commissarios de guerra.

### INGLATERRA

Nas duas camaras do parlamento inglez teve lugar, em sessão de 7 do corrente, uma discussão muito importante, de que n'esta folha já se deram alguns apontamentos tirados de uma parte telegraphica.

N'essa sessão lord Normandy propoz á camara dos lords, que se dirigisse ao governo um voto de agradecimento, por ter apresentado algumas objecções contra a annexação da Saboya á França, pedindo-se ao mesmo tempo que o governo faça o possível para evitar essa annexação.

Lord Granville, em nome do gabinete, fallou primeiramente das communicações que foram permutadas com a França acerca da questão da Saboya. O conde Walewski não dissimulou que essa questão tinha sido objecto de diferentes conferencias; porém que, como se não tinham realisado as eventualidades previstas, o governo francez não se occupava, pelo menos agora, d'esse assumpto. Ao mesmo tempo, o gabinete de Turim, a pedido da Inglaterra, declarou positivamente que não existia combinação alguma entre a França e o Piemonte relativamente á Saboya.

Como depois d'isso se espalharam novamente alguns boatos relativos a essa questão, o gabinete de Londres dirigiu-se ao governo francez, a fim de lhe fazer constar que o projecto de annexação não seria bem acolhido pelas potencias europeas. Lord Granville acrescentou que, na verdade, a formação de um poderoso reino italiano na fronteira da França, podia dar á annexação da Saboya um certo caracter de necessidade; que porém não havia motivo para se proceder a similhante combinação. Depois d'essas explicações, lord Granville manifestou a esperança de que o Marquez de Normandy retiraria a sua moção.

Depois do discurso ministerial travou-se uma discussão acalorada, na qual tomaram parte sobretudo os adversarios do gabinete.

Cumpreria todavia notar, que o conde Grey não obstante declarar que reputa a annexação da Saboya á França prejudicial aos interesses da Europa, pensa todavia que a Inglaterra não se opporia a essa annexação por meio das armas. Lord Derby insistiu para que se dirigisse ao governo um voto de agradecimento, e foi energicamente apoiado n'essa pertençação tanto pelo conde de Shaftesbury como por lord Redcliffe. Lord Normandy a final retirou a sua moção, dando-se por satisfeito com as explicações do ministério.

Na camara dos commons, lord Hamilton perguntou se era verdade que o governo tinha entabulado negociações com a França acerca da solução das questões italianas. Lord John Russell respondeu affirmativamente, precisando os quatro pontos que foram propostos ás grandes potencias como meio de solução. Esses pontos são:

«A França e a Austria não intervirão na Italia sem que a Europa lhes dê autorisação para o fazerem; a França retirará as suas tropas de Roma e do resto da Italia apenas se achem decididas as questões pendentes; a provincia veneziana ficará excluida de todas as negociações; o Piemonte não mandará as suas tropas para a Italia central senão quando as populações votarem, com regularidade, a sua annexação á Sardenha.»

A França, disse lord John Russell, aceitou, salvas algumas modificações quanto á epocha, os tres primeiros pontos, e actualmente está examinando o quarto ponto. A Austria ainda não respondeu officialmente, porém o conde de Rechberg declarou já que esta potencia não está disposta a reconhecer o estado excepcional das cousas na Italia; mas que se limitará a defender o seu proprio territorio, abstendo-se de intervir militarmente no resto.

A Prussia accedeu ás propostas inglezas, porém a Russia não deu ainda resposta alguma.

Em taes circumstancias, lord John Russell nega-se a communicar ao parlamento as peças diplomaticas relativas a esse assumpto, porém tem a convicção de que as negociações terão um resultado essencialmente satisfactorio.

(La Patrie.)

## NOTICIAS CIENTIFICAS

### OBSERVATÓRIO METEOROLOGICO

#### INFANTE D. LUIZ

#### NA ESCOLA POLYTECHNICA

FEVREIRO - 15	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	756,99	2,6	62,0	NNE.
3 t.	754,53	6,3	42,8	NNE.

#### DIA 14.

Maxima—temperatura.....	7,5 C.
Minima.....	1,0 »
Ozone (de noite).....	8,0
Chuva (adometro).....	6,5
Evaporação (vapormetro).....	0,0 Mil.
Altura barométrica correcta.	5,6 »
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

## NOTICIAS COMMERCIAES

### ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 10 de fevereiro...	47.094.829
Idem no dia 11 .....	3.473.225
	50.568.094

## MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 11			
MANIFESTADO PARA DEPÓSITO			
Vinho.....	Piças Alm. Can.	130	5 3
Aguardente.....	2	—	—
DESPACHADO PARA CONSUMO			
No Porto.....	Piças Alm. Can.	60	8 6
Vinho maduro.....	En Villa Nova	—	—
Vinho maduro.....	Piças Alm. Can.	8	—
DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO			
Vinho.....	Piças Alm. Can.	17	7

### PRAÇA DO PORTO, 13 DE FEVEREIRO

METAS		
Peças de 85000—	Compra	Venda
—a prata.....	76980	85000
Oncas hespanholas—	153200	153200
Ditas mexicanas—	143000	143000
Sobranos—	44390	44500
Oiro cereado—	16980	26000
Patacas hespanholas—	9940	9960
Ditas brasileiras—	9920	9950
Ditas mexicanas—	9920	9950
Ditas em barra—	9126½	9127
Cinco francos—	9880	9900

No dia 9 do corrente appareceu em frente da barra de Villa do Conde o hiate *Nova União*, procedente de Aveiro; trazia agua aberta, e querendo entrar não o conseguiu fazer, em consequencia da corrente de agua na barra. A tripulação, reciosas de perigar, abandonou-o na noite de ante-hontem para hontem, contido na maré de hontem conseguiu entrar. Do carregamento, que é de sal, salvou-se uma grande parte. (*Commercio do Porto*.)

## MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA  
Dia 15 de Fevereiro de 1860  
EMBARCAÇÃO ENTRADA  
Ella Constance, vapor inglez, capitão W. W. Pit-tuck, de Genova em 33 dias, de Lione em 30, de Naples em 23, de Messina em 18, de Palermo em 12, de Marsella em 9, e de Gibraltar em 2, com fructa, azeite e mais generos a F. Martin & F.ª; 25 pessoas de tripulação: é da força de 80 cavallos. Destina-se para Londres, e vem arribado com avaria na machina. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas da noite.

REPARAÇÕES SAÍDAS  
Restauroação, cabique do arsenal.  
Bertha, escuna dinamarchea, capitão M. Hos-moston, para Copenhague com sal; 6 pessoas de tripulação.

Cora Linn, paquete inglez a vapor, capitão D. Taylor, para Gibraltar com gado; 16 pessoas de tripulação, e 3 passageiros.

Cassandra, chalupa ingleza, capitão J. Penhey, para Setubal em lastro; 5 pessoas de tripulação.  
Florinda, brigue portuguez, capitão J. A. de Sousa, para Pernambuco com vinho e mais generos; 12 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é Joaquim Augusto Xavier Ribeiro, caixeiro, portuguez.  
Joven Margarida, bateira, mestre J. M. Coelho, para Setubal com vasilhame e encomendas; 5 pessoas de tripulação.

Acoriano, paquete portuguez a vapor, capitão A. T. Machado, para as ilhas, de S. Miguel, Terceira e Fayal com varios generos; 42 pessoas de tripulação, e 24 passageiros.

Dona Estephania, paquete portuguez a vapor, capitão T. A. de Oliveira, para as ilhas, de Cabo Verde, S. Thomé, Ambriz, Loanda, Benguella, e Mossamedes, com fazendas, vinho e mais generos; 47 pessoas de tripulação, e 59 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 15 de fevereiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

BARRA DO DOURO  
(Boletim do telegrapho da foz de 15 de fevereiro de 1860)  
EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 14  
Fé, hiate portuguez, de Falmouth em 5 dias.

EMBARCAÇÃO SAÍDA  
Ebba Fredrick, escuna suecca, para Londres.  
Fôra da barra fica o vapor de guerra portuguez *Lynce*.

O mar está bom.—O vento esteve NE. regular, NNE forte, agora regular.

BARRA DE VILLA DO CONDE  
No dia 11 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÃO SAÍDA  
Felismino, hiate portuguez, para as ilhas de Cabo Verde, com escala pelo Porto.  
Mar bom.—Vento N.  
Nos dias 12 e 13 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar bom.—Vento N.

BARRA DE CAMINHA  
No dia 14 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar um pouco agitado.—Vento N.

BARRA DE AVEIRO  
No dia 14 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Bom tempo.

BARRA DA FIGUEIRA  
EMBARCAÇÃO ENTRADA EM 14  
S. Joaquim 1.º, hiate portuguez, do Porto em 2 dias, com varios generos.

EMBARCAÇÃO SAÍDA  
Conceição, cabique portuguez, para Cezimbra, com sal.  
Não se avista embarcação alguma.—Mar bom.—Vento N.

BARRA DA ERICEIRA  
No dia 14 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Mar bom.—Vento NO. forte.

BARRA DE VILLA REAL DE SANTO ANTONIO  
No dia 14 não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.—Mar bom.—Vento N.

BARRA DE FARO  
No dia 14 não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÃO SAÍDA  
Santo Raphael, bote hespanhol.  
Bom tempo.—Vento N.

BARRA DE TAVIRA  
No dia 14 não entrou nem saiu embarcação alguma.—Bom tempo.—Vento N. regular.

BARRA DE LAGOS  
EMBARCAÇÕES ENTRADAS EM 12  
Adelaide, barca prussiana, de Torre Viegas, arribada.

Virgem das Angustias, falucho hespanhol, de Portimão em lastro.  
Virgem das Mercês, falucho hespanhol, de Faro em lastro.  
Conceição de Maria, cabique portuguez, de Olhão, arribado.

Freia, vapor inglez, de Portimão.

Gloria, hiate portuguez, de Portimão com cereaes.

Marianna, rasca, de Portimão com sal.  
Não saiu embarcação alguma.—Nestes dias tem estado o mar bom.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 15 de fevereiro de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

## FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 15 de fevereiro—3% consolidados a 44,30.

Bolsa de Paris, 15 de fevereiro—3% francez a 67,65—4½ dito a 97,35.

Bolsa de Londres, 15 de fevereiro—Consolidados de 94 ¼ a 94 ½.

## INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

Ill.º sr.—Participo a v. s.ª que a 15 do corrente mez, pelas 7 horas da noite, foi levado aviso ás casas de estação das bombas pertencentes ao circulo n.º 30, de que havia fogo em uma casa na travessa da Queimada. Os socorros saíram com promptidão, e verificou-se haver fogo na fuligem da chaminé de um fogão no 1.º andar do predio n.º 35. Foi apagado brevemente.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 15 de fevereiro de 1860.—Ill.º sr. vereador do pelouro dos incendios.—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

## AVISOS

SOCIEDADE PROTECTORA DOS ORPHÃOS  
DA CHOLERA MORBUS EM 1856  
E DA FEBRE AMARELLA EM 1857

Sua magestade imperial a senhora duqueza de Bragança houve por bem dar um donativo de 80\$000 réis a esta sociedade no dia 4 do corrente, sufragando a alma de sua augusta filha a princeza senhora D. Amelia n'aquelle dia, 7.º anniversario do fallecimento d'esta princeza.

Lisboa, 14 de fevereiro de 1860.—O thesoureiro, Fortunato Chamiço Junior.

## SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Quinta feira 16 do corrente, pelas sete horas da noite, haverá sessão, devendo tratar-se da admissoão de dois socios honorarios, alem de outros assumptos que estão dados para discussão.

Secretaria da sociedade, 15 de fevereiro de 1860.—O 1.º secretario, Alves Branco.

## MONTE PIO DAS ALFANDEGAS DO REINO

RELAÇÃO DOS SOCIOS  
QUE FORAM ELEITOS PARA SERVIR OS DIVERSOS CARGOS D'ESTE MONTE PIO NO CORRENTE ANNO

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
PRESIDENTE	Ill.º sr. José Maria da Silva Freire
VICE-PRESIDENTE	Ex.º sr. Barão de Villa Nova
1.º SECRETARIO	João de Sousa Pinto de Magalhães Junior
2.º SECRETARIO	Ill.º sr. João Paulino Poncea Vieira
VICE-SECRETARIOS	Ill.º sr. Jeronimo Augusto de Carvalho Alfredo Emilio Monteverde
COMMISSÃO ADMINISTRATIVA	
PRESIDENTE	Ill.º sr. Libanio Antonio Gomes
VICE-PRESIDENTE	Ill.º sr. José Maria d'Almeida
THESEIRO	Ill.º sr. Manuel Ignacio Rosado
VICE-THESEIRO	Ill.º sr. João Augusto Gomes Leal
SECRETARIO	Ill.º sr. Antonio Joaquim dos Santos Pinto
VICE-SECRETARIO	Ill.º sr. Francisco d'Almeida Brandão e Sousa
VOGAES	Ill.º sr. José Carlos Mourão Antonio Pedro dos Santos José Maria Pereira Rodrigues Ex.º sr. D. Bernardo José da Costa

Monte pio das alfandegas do reino, 13 de fevereiro de 1860.—O 1.º secretario, João de Sousa Pinto de Magalhães Junior.

## MONTE PIO GERAL

SOCIOS ELEITOS PARA OS DIVERSOS CARGOS DA SOCIEDADE NO ANNO DE 1860

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
PRESIDENTE	Ex.º sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro
VICE-PRESIDENTE	Ex.º sr. Antonio Dias de Azevedo
SECRETARIOS	José Guilherme dos Santos Lima Ill.º sr. Antonio Joaquim d'Almeida
VICE-SECRETARIOS	Ill.º sr. José Candido d'Assumpção Porfirio Antonio Caminha Junior
DIRECÇÃO	
PRESIDENTE	Ill.º sr. Custodio Manuel Gomes
VOGAES	Ill.º sr. Manuel Pereira de Mira Franco José da Motta Sobrinho Candido José Maria d'Oliveira
VOGAES SUPPLEMENTES	Ill.º sr. João Baptista Moreira Eugenio Rodrigues d'Oliveira
VICE-SECRETARIO	Ill.º sr. Jeremias Norris
THESEIRO	Ill.º sr. José do Nascimento Gonçalves Correia
VICE-THESEIRO	Ill.º sr. Francisco d'Oliveira Bello
FISCAL DA SOCIEDADE	Ill.º sr. Sebastião Maria d'Almeida e Brito
FISCAL DA CAIXA ECONOMICA	Ill.º sr. Guilherme Antonio da Silva Coutureir.

Escritorio do monte pio geral, 5 de fevereiro de 1860.—O 1.º secretario da assembleia geral, José Guilherme dos Santos Lima.

## MONTE PIO UNIÃO

Em cumprimento do n.º 5.º do artigo 58.º dos estatutos se acham patentes na sala das sessões, rua da Barroca n.º 109, 1.º andar, os livros e contas da gerencia do anno findo, nos proximos domingos 19 e 26 do corrente mez, desde as onze horas da manhã até ás tres da tarde; outrossim são os socios prevenidos que a reunião para approvação das referidas contas terá lugar na segunda feira 27, pelas sete horas da noite.—O secretario, F. A. Sotto Maior Raposo.

## SOCIEDADE HUMANITARIA DE S. MAMEDE

De ordem do ill.º sr. presidente da assembleia geral são convidados os socios no goso de seus direitos a reunir sexta feira 17 do corrente, pelas sete horas da noite, na sala das suas sessões, a fim de, alem da discussão da reforma do projecto de estatutos, se tratar de negocio de interesse para a mesma sociedade.

Lisboa, sala das sessões da sociedade humanitaria de S. Mamede, em 14 de fevereiro de 1860.—O secretario, Augusto Cesar dos Santos Costa.

## CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quinta feira 16 do corrente, pelas oito horas da noite. Ordem do dia: 1.º, primeiras leituras; 2.º, segundas leituras; 3.º, questão da federação.—O secretario, J. A. Dias.

## PUBLICAÇÃO LITTERARIA

A VERDADE, A RASÃO E OS FACTOS

CONTRA O FOLHETO DE PARIS

O PAPA E O CONGRESSO

PELO ADVOCADO D. M. ORTIZ URUELA